

## ANTÔNIO PACÍFICO PEREIRA E A MYOPIA COMO HIGIENE ESCOLAR DO CORPO INFANTIL (1876-1881)

Ione Celeste Jesus de Souza \*

<https://orcid.org/0000-0002-9721-750X>

**Resumo:** O presente artigo apresenta investigação acerca da articulação entre a escolarização e práticas de Higiene Escolar na província da Bahia, com foco no corpo infantil de alunos quanto à Miopia, considerada defeito visual e de saúde, no campo temático da Materialidade Escolar do mobiliário das aulas públicas. As categorias de análise são Higiene Escolar e Cultura Material Escolar, tendo como fontes um artigo publicado no jornal baiano *O Monitor* em 1876, sobre Higiene Escolar; um artigo publicado na *Gazeta Médica da Bahia* em 1881; relatório do Presidente da Província de 1882; e ofícios de sujeitos da instrução.

**Palavras-chave:** Higiene Escolar; Corpo infantil; Cultura material escolar; Myopia.

## ANTÔNIO PACÍFICO PEREIRA AND MYOPIA AS SCHOOL HYGIENE OF THE CHILDREN'S BODY (1876-1881)

**Abstract:** This article presents an investigation about the articulation between schooling and School Hygiene practices in the province of Bahia, focusing on the children's body of students regarding Myopia, considered a visual and health defect, in the thematic field of School Materiality of classroom furniture public. The categories of analysis are School Hygiene and School Material Culture, having as sources an article published in the Bahian newspaper *O Monitor*, in 1876, on School Hygiene; another article published in *Gazeta Médica da Bahia* in 1881; report of the President of the Province of 1882; crafts of subjects of instruction.

**Keywords:** School Hygiene; Child body; School material culture; Myopia.

---

\* Doutora em História Social pela PUC/SP. Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

## Introdução

A Gazeta Médica da Bahia<sup>1</sup>, em janeiro de 1881, publicou artigo composto de uma veemente crítica do médico Antônio Pacífico Pereira contra a “nova forma das sessões escolares”, prescrita na Reforma da Instrução Pública promulgada na Província da Bahia, naquele mesmo mês, no dia 05. O texto em foco fazia parte de um conjunto de seis publicações sobre o tema Hygiene Escolar que desde 1878 eram publicados por este facultativo baiano. Começava com a indicação direta sobre qual debate era estabelecido, “Acaba de ser publicada a reforma da instrução publica n’esta província e n’um de seus primeiros artigos lemos o seguinte: O ensino será dado em uma sessão diária das 9 horas da manhã às 2 da tarde (art3)”. (PEREIRA, 1881, p. 294).

Partindo desta crítica, este escrito tem por objetivo problematizar, na constituição da escolarização baiana do final da década de 1870 e início de 1880, percepções, concepções de *corpo infantil escolar* a partir do saber médico em suas articulações com o campo da hygiene escolar e com proposições e intervenções susbtancializadas na materialidade escolar. Com base no artigo de Antônio Pacífico Pereira, que serve de fonte histórica, o marco da análise é a citada reforma da instrução, de 05 de janeiro de 1881, conhecida como reforma de Araújo Bulcão.

Entretanto, não houve interesse prioritariamente, neste texto, nem na reforma da instrução de 1881 em si, tampouco em todas as questões referentes ao Campo da Hygiene Escolar debatidas pelo famoso médico, no seu fremente artigo, mas apenas um de seus derivativos: a discussão sobre as carteiras escolares e a *Myopia*.

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Antônio Pacífico. Hygiene das Escholas. *Gazeta Medica da Bahia*. Ano XIII, nº 07, Janeiro, 1881. p. 294-303.

Sobre Antônio Pacífico Pereira<sup>2</sup>, sua extensa produção em jornais baianos inclui artigos publicados na *Gazeta Médica* sobre vários ramos da medicina da época, inclusive sobre a “Hygiene” nas escolas, além de outros artigos sobre o mesmo tema publicados no periódico *O Monitor*.

Para o objetivo proposto de rastrear propostas e práticas médico-higienistas ao corpo infantil escolarizado e suas articulações com a materialidade da escolarização baiana, tendo como foco a *Myopia*, utilizei como fontes o referido artigo publicado com sua autoria destacada na própria *Gazeta Medica da Bahia*, em 1881; um artigo de 1876, publicado num editorial do jornal *O Monitor* que, embora sem a autoria destacada, tem a possibilidade de ter sido escrito, ou ter profunda influência, do doutor Antônio Pacífico Pereira quanto às expressões e preocupações apresentadas sobre a Higiene Escolar.

Ademais, uma terceira fonte é uma transcrição de artigo publicado originalmente no *British Medical Journal*, sem a referência da data original, e republicado na mesma *Gazeta Medica da Bahia*, em 1883, na secção de Higiene Escolar. Defende este artículo a relação da *myopia* com a referida Higiene Escolar, que é o objeto do artigo aqui apresentado: a miopia como problema de higiene escolar.

No intuito de apreensão destas articulações o texto está organizado em duas partes. Na primeira, apresento, sucintamente, uma proposta de pesquisa sobre o fenômeno/conceito *escolarização* e a práti-

---

<sup>2</sup> Famoso médico na cidade de Salvador, Antônio Pacífico Pereira, era membro de família com mais 2 irmãos também facultativos: Manuel Victorino Pereira, que foi também o segundo presidente do Estado da Bahia, e que também tratou da Higiene das Escolas. Seu outro irmão médico foi Francisco Bráulio Pereira. Nascido em Salvador, capital da província da Bahia, em 05/06/1847, Antônio Pacífico Pereira formou-se médico pela Escola de Medicina desta província em 1867. Escritor prolífero sobre a medicina e sua prática, foi um dos fundadores e durante muitos anos redator-principal do periódico especializado “A Gazeta Medica da Bahia”. No índice desta apresentava-se como “[...] substituto da secção de sciencias cirúrgicas da Faculdade de Medicina e cirurgiaão adjunto do Hospital de Caridade”. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/01/antonio-pacifico-pereira.html>

ca/conceito *hygiene escolar*, a partir de proposições e de análises efetuadas por José Gonçalves Gondra (2003, 2005) em textos sobre a Corte Imperial, Rio de Janeiro, para o mesmo período temporal: as décadas de 1870/1880. Nesta primeira parte, também é apresentada a conjuntura baiana quanto a algumas prescrições da Reforma Bulcão: horário escolar, método de ensino e sua materialidade escolar na questão das carteiras escolares.

Na segunda parte do texto, indico alguns primeiros fios relativos às práticas médico-higienistas na escolarização baiana, a partir da análise mais incisiva dos artigos delimitados como fontes, elaborados e publicados por Antônio Pacífico Pereira em 1881.

## Os métodos de ensino na Bahia 1836/1873

Em termos legais, o método de ensino na província da Bahia foi, entre 1836 e 1873, o *método mutuo*, adjetivado de *puro*, conforme registrado na Lei provincial de 1836 que criou a Escola Normal da Província da Bahia, citada por Silva (2013):

Partindo da consideração sobre a importância que a educação e que os métodos de ensino adquiriram no jovem Estado brasileiro, é que demarcamos cronologicamente o início desse artigo com a promulgação de uma lei provincial em 14 de abril de 1836 que criou a Escola Normal da Bahia e criou uma cadeira de métodos para ensinar aos futuros professores, os fundamentos e práticas dos métodos de ensino mútuo e simultâneo (SILVA, 2013, p. 01).

Neste artigo, Silva (2013) tece considerações sobre as diferenças entre os usos dos métodos mútuo e simultâneo quanto às prescrições de tempo e espaço escolar, úteis ao objetivo proposto, rastrear as relações entre as proposições de higienização escolar com corpo infantil a

partir de considerações sobre a Miopia e a materialidade das carteiras escolares no início dos anos 1880.

Segundo este historiador, conforme oficialmente ficara estabelecido em 1836, a escola normal da província deveria ensinar os *alumnos-mestres* o método mútuo. Para isto, em 1841 foram enviados a Paris dois advogados – João Alves Portella e Manoel Correia Garcia – (SILVA, 2013, p. 01) escolhidos por concurso, com suficiência da língua francesa. A missão era aprender na prática os tais métodos e traduzir manuais franceses, da homônima *Escole Normale*, que seriam a base do ensino normal na Bahia.

Quanto aos métodos em uso no Brasil, e na Bahia, no Império, a *Historiografia da Educação* registra geralmente três: o individual, o mútuo e o simultâneo, caracterizados pela relação professor/a e número de alunos/as atendidos/as a cada sessão temporal de aula – *as classes* (FARIA FILHO, 2000, p. 140).

Explicitamente para a Bahia, ao tratar das prescrições metodológicas do ensinar, a partir do prescrito no manual escolar traduzido por João Alves Portela, primeiro professor de Métodos de Ensino da escola normal baiana, Silva (2013) assim se refere:

O método individual para o professor incumbido de três, quatro ou cinco alunos: “deve este methodo de ensino ser absolutamente excluído das escolas, que contiverem pelo menos trinta discípulos” (PORTELLA, 1868, p. 9). - O método simultâneo seria utilizado em toda escola composta de trinta a cem alunos: este methodo é neste caso preferível, pois que reúne todas as vantagens de ordem e de regularidade do methodo mutuo; e, de mais, é o mesmo professor que ensina, elle mesmo que corrige as escriptas, e os progressos são necessariamente mais rapidos, salvo a se querer sustentar o paradoxo que é o professor que ensina aos decuriões ou monitores, que os dirige, e lhes dá o impulso, forçoso será concluir que, se for máo o professor máos devem ser os decuriões; e então não é o do methodo simultâneo que nos devemos queixar, mas de falta de energia, e capacidade do professor (PORTELLA, 1868, p. 9). - O método do ensino mútuo, deve ser usado nas escolas

que possam de 100 a 300 alunos, mesmo que os autores afirmem que alguns professores eram capazes de ministrar aula até 500 alunos simultaneamente. (SILVA, 2013, p. 05).

Duas questões são importantes destacar, a primeira quanto ao espaço escolar, a sala da aula; a segunda, quanto ao número de alunos neste espaço escolar e suas atividades. Referente à primeira, Silva (2013) indica que na Bahia, entre 1842, quando se estabeleceu o ensino mútuo como o indicado para as aulas primárias, e 1873, quando pelo Regulamento de Carvalho Freire o método simultâneo tornou-se oficial, apenas a aula pública do padre-mestre Manuel Joaquim de Azevedo, em Cachoeira, se enquadraria no método mútuo “puro” (SILVA, 2013, p. 10).

As principais dificuldades foram encontrar espaços nos quais coubesse o número de alunos/as prescrito para o ensino mútuo; a provisão sempre inadequada e insuficiente dos utensílios prescritos; a falta de frequência padrão deste ensino, conforme o orientado pelo manual traduzido pelo professor João Alves Portela (SILVA, 2013, p. 10).

Os professores e as professoras das demais aulas primárias da província, segundo este historiador, teriam criado uma metodologia *híbrida* entre o método individual e o método simultâneo. Corroborando esta análise o registro de um sujeito da direção de instrução da época, Justiniano da Silva Gomes, que em 1848 denominou *methodo mixto* (GOMES, 1848) os usos práticos dos professores e professoras em atuação no magistério baiano.

Quanto à segunda questão, o número de alunos no espaço escolar e suas atividades, é importante destacar dentre as mudanças normatizadas em 1873 o ensino mútuo mediado pelas novas materialidades escolares em curso. Fundamental a expansão, ainda que lenta e restrita às escolas maiores, da **lousa de giz** à frente da sala, que se tornou um elemento básico na relação de aprendizagem. A centralidade na figura do mestre/mestra à frente, e na atenção dos alunos/as para um



ponto fixo e mais distante da sala de aula, levou a uma lenta mutação na concepção e percepção do corpo infantil – sujeito primordial das aulas primárias –, permitindo a entrada em cena de novos sujeitos escolares e a consolidação na província, e no Brasil, de um campo médico: a Higiene Escolar.

Obviamente os diálogos entre médicos higienistas e a escola não foi uma invenção dos anos 1870/1880. Em 1856, no celebre relatório que apresentou à presidência da província como Diretor de Ensino, o médico Abílio Cezar Borges já assinalara diversas questões. Contudo, considerei importante rastrear como este tema tornou-se mais frequente e visível no meado da década de 1870, mais precisamente em 1876, após a regularização do método simultâneo e algumas mudanças nas prescrições da materialidade escolar.

Acompanhei em outros textos (SILVA; SOUSA, 2011; SOUSA, 2020) as mudanças no mobiliário escolar do formato do banco escolar coletivo (e, quando existente, sua mesa também coletiva) a partir de diversas evidências que ofícios de sujeitos da instrução – professores, diretores de instrução, inspetores, abaixo-assinados de pais – registram, para a emergência de um ideal: a carteira escolar, individual ou dupla.

### **A falta de higiene escolar com o corpo infantil como causa da myopia**

Retorno a 1881 e ao artigo publicado pelo médico Antônio Pacífico Pereira sobre a duração das aulas. Era uma antiga batalha entre a *escola e a casa*, no sentido dado por Ilmar Rollof de Matos (1986), a questão da forma e duração das sessões de aula. Oficialmente as aulas deveriam ser integrais, compreendendo a manhã e tarde, com atividades bem detalhadas (SILVA, 2013, p. 7-8).

Entretanto, o cotidiano de professores/as e das famílias impedia e diversificava as orientações metodológicas dos métodos simultâneo e/ou mútuo – os usos da mão de obra infantil na economia doméstica, as distâncias entre a aula e casa das crianças, a sazonalidade das estações e suas intempéries. Por outro lado, os usos pelos/as professores/as do tempo entre as aulas oficiais, aulas particulares e outros ofícios e atividades laborais, frente aos constantes atrasos dos vencimentos, má remuneração e costumes de atuar entre diversos afazeres (SOUSA, 2006/2020; LISBOA, 2018).

Em 1872, o então diretor de instrução, Francisco José da Rocha, já destacara e permitira regime de aulas diferenciado para as zonas longe das sedes de freguesia e vilas – o que hoje denominaríamos zonas rurais – concentradas em aulas em um único turno, das 09 às 14, argumentando que pela distância entre as casas das crianças e a casa de aula (SOUSA, 2006/2008) era impossível de ser feita duas vezes ao dia, para as duas sessões nas prescrições oficiais: a matutina das 09hs00 até as 11hs3; e a vespertina das 14hs00 até as 17hs00, no método mútuo (SILVA, 2013, p. 09).

Em 1881, atendendo a parte destas reivindicações, o regulamento de instrução estabeleceu uma sessão única de aula, das 09hs00 às 14hs00, desagradando “gregos e troianos”, pois a reivindicação dos/as professores/as era separar em duas sessões, deixando um turno livre. Inclusive o regulamento de instrução de 1873 complicou a situação ao proibir que professores exercessem qualquer outra atividade laboral além do magistério.

Segundo Nunes (2011), o novo Regulamento para a Instrução Pública na Bahia, do dia 5 de janeiro de 1881, conhecido como “Regulamento Bulcão”, teria sido uma estratégia de adaptação ao feito por Leôncio de Carvalho, na Corte, em 1878.

A reforma educacional realizada pelo governo de Antonio de Araújo de Aragão Bulcão procurava aplicar em muitos pontos



as sugestões dos decretos liberais do ministro do Império Leôncio de Carvalho, adaptando-os, porém, à realidade mais conservadora da classe dominante baiana. Esta reforma introduziu no programa das escolas primárias as Ciências Naturais, Lições de Coisas e Civilidade e, nos Cursos Normais, tornados ambos externatos por esta lei, as Ciências Naturais, Física e Química, a Língua francesa, Desenho de imitação e Geometria, Álgebra e Trigonometria. O currículo deixava de ser meramente humanístico e literário. (NUNES, 2011, p. 215).

Um dos que mais ficaram desagradados foi o médico Antônio Pacífico Pereira. No artigo já citado, fez uma veemente crítica a esta nova organização da duração das sessões escolares, começando com a seguinte afirmação:

Acha-se esta disposição da reforma de instrução em tão manifesta contraposição às mais terminantes indicações da hygiene escolar, e aos utilíssimos preceitos da pedagogia moderna, que constringiu-nos profundamente o espirito a leitura d' esta quase sentença de condenação lavrada contra as infelizes creanças que tão caro terão que pagar á instrução primaria gratuita que lhes proporciona o estado. (PEREIRA, 1881, p. 296).

Em seguida, deixou evidente a antiguidade de sua preocupação com a *hygiene escolar*, ao demarcar que há mais de três anos publicava artigos na Gazeta Medica sobre esta temática. Não levá-la a sério, para ele, “poderia conduzir a uma degeneração mesquinha da espécie humana” (PEREIRA, 1881, p. 296).

N'uma serie de artigos que há tres anos o escrevemos n' esta gazeta procuramos verberar o procedimento dos educadores que, ignorando talvez o alcance de sua elevada missão, e a grave responsabilidade que assumiram, desamparam a educação physica da infância, procurando romper a ligação natural que existe entre o desenvolvimento do corpo e do espirito, e deixando os fracos organismos das creanças, n'essa época critica em que os trabalhos da intelligência começam a exigir o concurso moderado d' essa atividade transcendente que põe em jogo o que há de mais delicado na força nervosa - deixan-

do esses organismos débeis desamparados da direção salutar da hygiene, de quem depende a saúde a robustez do individuo, a vida e o futuro da população (PEREIRA, 1881, p. 296).

Eram evidentes na argumentação as preocupações eugenistas que já estavam em voga no final do século XIX. Homem ilustrado com várias passagens de estudo prático e teórico pelos hospitais e cursos médicos na França, Inglaterra e principalmente Alemanha, Pacífico Pereira estava em consonância com o divulgado nestas nações europeias sobre a higienização do corpo infantil escolar, e buscava adaptar às condições baianas. Assim, citando Virchow,

Encarregado pelo ministério da instrução publica de estudar as influencias nocivas das escolas sobre as saúde dos alumnos, o ilustre professor Virchow apresentou em 1869 seu relatório mostrando que além dos efeitos prejudiciais aos olhos, produzindo em larga escala a Myopia, [...] (PEREIRA, 1881, p. 298).

Seguindo esta vertente de Virchow, Pacífico Pereira apontou observações referentes à relação entre a iluminação das salas de aulas, as carteiras escolares em uso – que considerava totalmente inadequadas – e a ocorrência da Myopia, referindo-se ao que escreveu em 1878, versando sobre a relação entre a disposição das salas de aula, a iluminação das mesmas e a este distúrbio ocular,

Ahi vemos n' estas escolas as creanças aglomeradas em um numero muitas vezes excessivamente superior à capacidade higienica das salas, condemnadas durante longas horas a uma immobilidade systematica, mal sentadas, coactas em todos os movimentos, forçadas a a ler , embora sem luz sufficiente, só por um esforço muito grande de tensão ocular que lhes causará mais tarde a myopia; [...] (PEREIRA, 1881, p. 296).

Inspirando-se, mais uma vez, em Virchow, afirmou que as escolas eram causadoras de diversas distorções e doenças nas crianças pelas

disposições de seus espaços escolares. E que “É quase intuitivo que todos esses males físicos que se originam nas escolas agravam-se tanto mais prolongadas são as sessões escolares” (PEREIRA, 1881, p. 298).

Destaco, então, para esta questão na historiografia da arquitetura escolar no Brasil, as evidências da longa permanência de salas de aula sem qualquer adequação para este princípio (FARIA FILHO, 2000; BENCOSTA, 2007; SILVA; SOUSA, 2011; LUZ, 2013), que acompanhou todo o século XIX e adentrou a república até tempos bem atuais. E persiste<sup>3</sup>.

Voltando ao Pacífico Pereira, como ele mesmo ressaltou, a nota de 1881 não fora sua primeira incursão no tema da higiene escolar. Em 1876 encontrei um editorial no jornal *O Monitor* que, mesmo sem autoria direta, permite-me aventar a autoria de Antônio Pacífico Pereira, que era colaborador do mesmo com artigos.<sup>4</sup>

Em 1873 o método de ensino oficial da província mudou para o simultâneo. As evidências apontam que as normativas do manual de João Alves Portela, tradução de outro manual francês, nunca foram seguidas *strictusensu*. O fazer docente sempre fora ministrado pelos/as professores/as de modo híbrido, *mixto*, como informou Justiniano Gomes, em 1848, na resposta ao presidente da Província (GOMES, 1848). Contudo, os registros manuseados indiciam que naquele final da década de 1870 este método simultâneo sofria novas adaptações, marcadas pela centralização panóptica da sala de aula, fixada na lousa e na centralização da figura do/a professor/a à frente da sala. Disto resultou

---

<sup>3</sup> Eu, pessoalmente provida em escola municipal na cidade de Salvador, em 1988, deparei-me com sala de alfabetização sem nenhum espaço de circulação, em “escola” criada por associação de bairro na sede da mesma, instalada por relações políticas na década de 1970. As diferentes salas de aula eram divididas por armários da escola. Após intensa mobilização da Comunidade escolar, da qual participei, foi transferida para prédio próprio, no estilo de concreto pré-fabricado pelo arquiteto Lelê Filgueiras.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/01/antonio-pacifico-pereira.html>

uma nova perspectiva do corpo infantil escolar, que deveria fixar a visão à Frente, muitas vezes mais distante.

José Gondra (2005) problematizou, para além desta concreticidade e materialidade da sala de aula, os interesses da própria medicina como campo científico em se expandir, como prática profissional e, essencial para esta análise, como disseminadora de um ideal civilizatório. Inspirando-me nesse autor, argumento que no caso de Antônio Pacífico Pereira esta segunda estratégia deve ser a guiadora da investigação para analisar o que escreveu no seu artigo em 1876, em uma linguagem que consideraríamos, hoje, do campo das ciências humanas e sociais. Mas com cuidado nessa classificação do presente, pois, seguindo a orientação de Gondra (2003), não devemos usar a divisão atual dos campos científicos para o século XIX.

Portanto, cabe destacar que este texto publicado pelo *O Monitor* começava por considerações sobre o papel social da escola para a criança. Porém, era uma criança genérica, sem distinções de classe ou categorias e qualidades sócio-raciais operacionalizadas na época, inclusive pela própria escola, que distinguia o/a aluno/a pela qualidade ou cor; pela situação legal: livre/liberta/ingênuo. Inclusive, no auge do debate emancipacionista da década de 1880, havia a questão se essa criança ingênuo poderia ou não frequentar as aulas públicas da província (SOUSA, 2006, 2008, 2015, 2020). Era uma *creança* idealizada,

A creança em nosso paiz tem horror às escolas: a natureza mãe cuidadosa e providente a adverte de que alhi está um perigo, um mal.

O instinto das creanças não as engana, nossas escolas são funestas.

Ser eminentemente sociavel, desde tenra idade o homem busca a companhia de seus semelhantes.

Creança, moço, homem feito ou ancião, nada nos peza como o isolamento.

O isolamento predispõe a loucura [...]

A escola tem portanto sobre o menino esta poderosa atracção: é a imagem, pequena, mas viva, da sociedade (Hygiene das

Escolas. O Monitor. Anno I, nº 76, sábado, 02/09/1876, p. 01).

O articulista passou, então, a tecer considerações sobre a razão para a criança de qual fala ter este horror, que argumenta, da escola. A culpa seria das instalações escolares, que gerariam nas mesmas doenças, falta de vontade de viver. E defendeu que faltava, entre outras questões, a *Hygiene das escolas*, como uma forma específica de higiene, que existiria em tantos outros locais. Apresentou, em sequência, um mapeamento da expansão daquele campo médico, daquele ideal de civilização, a Hyguene,

Que pasmo em muitos leitores, talvez em muitos mestres!.  
Que! Dirão, há uma hygiene das escolas?  
Sabíamos da hygiene das prisões, da hygiene das fabricas, da hygiene dos navios, da hygiene das casas, da hygiene dos hospitais, da hygiene dos quarteis, da hygiene dos restaurantes, da hygiene das ruas: também há ahi uma hygiene das escolas? (Hygiene das Escolas. O Monitor. Anno I, nº 76, sábado, 02/09/1876, p. 01).

Considerou que a criança, o menor, indo para a escola “ilustrar o espirito” aí teria a prisão de seu corpo nas muitas horas de aula, em locais abafados, sem ventilação – sua grande preocupação –, sem possibilidade de movimentação em relação ao espaço,

Vai o menor ilustrar o espirito; mas quem se importa com a robustez de seu corpo?

O *mens sano in corpore sano* é princípio que nossos mestres não conhecem.

A escola entretanto tem sua hygiene, que com tudo joga: com o local do edifício, com a disposição e a situação de suas salas, com as horas e o methodo da aprendizagem, e até com a forma e o tamanho dos moveis escolares.

A escola precisa antes de tudo de ar, de luz e de espaço; ar puro, luz branda e espaço suficiente! (Hygiene das Escolas. O Monitor. Anno I, nº 76, sábado, 02/09/1876, p. 01).

Asseverou, assim, que a esmagadora maioria das aulas ocorria em salas das casas dos/as próprios/as mestres/as, em salas adaptadas – com móveis inadequados, iluminação idem, o que levava a problemas físicos. Naquele artigo de 1876, descreveu uma sala de aula primária pública com palavras aterradoras,

Quem entra n'uma escola em que vê n'ua pequena sala, fechada, quente, um grupo immenso de meninos, agarrados uns aos outros, sentados, imóveis durante horas, obrigados a fitar com toda a aatenção os pequenos e fracos olhos sobre um folho de papel branco, em que muitos vezes bate nosso sol implacável, se sabe quanto tudo aquilo comprime, asfixia e mata a creança, tem vontade de chorar de pena.

Oh! Quantas creanças não tem saído das escolhas com o peito estragado e a vista perdida! (Hygiene das Escolas. O Monitor. Anno I, nº 76, sábbado, 02/09/1876, p. 01).

E como resolver tais problemas ante uma escola que os próprios professores registraram como insalubre, sem utensílios para o mínimo exigido pelos métodos prescritos? Evidenciava aquela situação de “penúria de utensílios escolares este ofício”, entre vários outros com o mesmo teor, enviado pelo presidente da Comissão Litteraria da freguesia de Santo Antonio do Arguim, em 1881, para o diretor de Instrução Romualdo Barroso, três meses após a promulgação do regulamento Bulcão,

Como Presidente da Comissão Litteraria, d'esta Freguezia, cabe-me levar ao alto conhecimento de v.Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> algumas neccidades, da mesma, assim como o procedimento zelo e actividade do actual Professor, Snr Luiz Antonio de Araújo, que é digno de ser louvado, por todos aquelles, que appreciarem verdadeiramente, a maneira, pela qual exerce elle o seu magistério. A primeira, e a m.s. sentida falta d' esta escholla, é a falta de livros, pelos quaes, em vista da pobreza, dos pais, muitos meninos deixam de aprender a ler. A segunda neccidade é a mobília, em visto de estar esta escholla, sendo freqüentada por 30 alumnos, e so existir, n'ella **3 bancos e 2 carteiras**. É o que tenho, a communicar a Vex<sup>a</sup> Revm<sup>o</sup>, es-



perando, as providencias nescessarias, p<sup>a</sup> beneficio da instrucção, d'esta Freguezia. É no zelo, que v.Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> tem, pelo desenvolvimento das escholas, que estou confiado. (**RODRIGUES, ANTONIO BENTO**. Presidente da Comissão Litteraria da Freguesia de Santo Antonio do Arguim, 12/04/1881. Grifo pessoal).

A exiguidade, quase inexistência de equipamentos escolares, nas escolas e aulas públicas da província da Bahia, ficou assim registrada nos relatórios dos responsáveis pela sua manutenção – diretores de instrução e presidentes das províncias –, permitindo, ao mesmo tempo, a apreensão da materialidade escolar das mesmas:

[...] as nossas aulas são realmente muito vazias, muito nuas: o que nelas existe são bancos toscos, muitos deles desconjuntados, quebrados, e assim mesmo adquiridos, ou por empréstimo a vizinhança, ou à custa do pequeno, do minguido vencimento, que mal chega ao professor para ocorrer, não já com decência, mas parcamente, as primeiras necessidades da vida, - não tendo ele “outro patrimônio, além do seu diploma e da sua boa vontade”. (Sr. **DR. JOÃO DOS REIS DE SOUZA DANTAS**, Relatório com que passou a administração da província 2<sup>o</sup> Vice – Presidente, ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, em 29 de março de 1882 Bahia, p. 16.)

Paladino ilustrado, exemplo dos “missionários do progresso” como denominou Clarice Nunes (1996) em coletânea sobre a ação de médicos, engenheiros e educadores na educação brasileira, Pacífico Pereira empenhou-se de forma que chamo de *militante* nas causas da *hygiene escolar*, propugnando pela presença dos médicos nas questões do mobiliário escolar e de demais questões da materialidade da escola.

Um exemplo deste seu zelo foi novamente publicado na Gazeta Médica em 1883, uma tradução de artigo publicado no *British Medical Journal* sobre a “Hygiene das Escolas”, que nesta época era uma seção da mesma.

Esta tradução enfocava uma conferência do fisiologista Pfluger realizada em Berna, Suíça, sobre “Os efeitos que a leitura e escripta

produzem na força visual das crianças [...]” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1883, p. 514).

Informava que este fisiologista encontrara em crianças alemãs, examinadas numa pesquisa empírica, defeitos de visão, especialmente a miopia, em razão da insuficiência de luz nas escolas. Comparativamente ao estado lastimável que encontrara nas salas de aula da Bahia, Pacífico Pereira perguntava quais efeitos teria esta situação na visão dos alunos.

[...] e citou o facto, de consternadora consequência, de sofrerem defeitos de visão mais da metade de 45.000 crianças examinadas n’ Allemanha. Em algumas escholas a proporção de myopes ascendia a 70 % e 80%, e no gymnasio de Heidelberg todos os rapazes da eschola tinham má vista. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1883, p. 514).

Para Pacífico Pereira, era urgente refletir e agir sobre as condições do espaço, a disposição dos móveis escolares, o corpo da criança, para evitar os defeitos de visão. A *myopia* era vista como adquirida pela má disposição do corpo nas atividades escolares de ler e escrever

Esse lamentável estado de cousas provém, segundo o illustrado professor da insuficiência de luz nas salas escholares [...] da má disposição dos bancos e carteiras. Uma das cousas mais poderosas da visão defeituosa é ainda sobrecarregar as crianças de muitas licções e restringir horas de recreio. A posição viciosa das crianças no acto de escrever exerce ainda uma influencia muito desfavoravel sobre a vista. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1883, p. 514).

Neste intuito, alertou que as disposições dos móveis escolares, especialmente a carteira escolar, deveriam ter dimensões de acordo com o corpo da criança, nas diferentes alturas, em faixas padronizadas de idade e constituição física esperada para a mesma.

Silva e Castro (2011, p. 29) indicaram a importância da carteira escolar como objeto e evidência da **cultura materiaiscolar** no final

do século XIX, quando o ensino em conjunto de ler e escrever teve como base material escolar: a mesa ou carteira de escrever.

Utilizando este argumento analítico para o artigo traduzido, é importante destacar que este apresentava já uma proposição de distância ideal entre o rosto da criança e a base da mesa/carteira escolar com mesa anexa, que serviu de guia para uma posterior proposta de Pacífico Pereira para as carteiras escolares na Bahia (SOUSA, 2020). Preocupado com a questão da *myopia*, ainda que não existisse nenhuma pesquisa empírica aqui, propôs que

Quanto a posição no acto de escrever, a distância entre a meza e os olhos deve ser de cerca de 25 centímetros (10 polegadas aproximadamente; raro encontrar a comissão uma criança que pudesse escrever conservando os olhos a esta distância do papel.

A muitas era necessário approximar o rosto a 7 centímetros do caderno da escripta. A conclusão geral da comissão e do Professor Pfluger é que de todos os males enumerados o peor e o que exige a mais urgente reforma é o que provem das mezas e bancos escolares, actualmente em uso. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1883, p. 515).

A pesquisa documental vem indicando que a preocupação científica de Pacífico Pereira com a Higiene Escolar rendeu frutos. Acredito que estes artigos de crítica levaram ao convite por parte da diretoria da instrução pública para participar de uma comissão sobre o mobiliário escolar em 1882 (SOUSA, 2020), na qual deveria elaborar um parecer como especialista médico em higiene escolar, em parceria com o também médico Francisco dos Santos Pereira e os professores de métodos de ensino do Externato Normal de Homens. O *Parecer* emitido pela Comissãodaria, e deu, base para a aquisição de novos materiais escolares, inaugurando uma parceira frutuosa entre higienistas e educadores, cujos frutos revelam-se na implantação da disciplina Higiene Escolar nos cursos normais republicanos.

\* \* \*

## Referências

- BENCOSTA, Marcus Albino Levy. (org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- FARIA FILHO, Luciano. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta et alli (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONDRA, José Gonçalves. Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.
- GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. In: *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003. Disponível em:  
<https://www.cedes.unicamp.br/>
- LISBOA, Antonio Barbosa. *Dos cortes das piaçavas à pesca da garoupa*: contrabandistas, vereadores, juízes – trajetórias e experiências de Professores Públicos Primários na Comarca de Porto Seguro (1834-1875). Dissertação de Mestrado. FSA, PGH/UEFS, 2018.
- LUZ, Jose Augusto Ramos da. *A salvação pelo ensino primário: Bahia (1924-1928)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013. 274 p.
- NUNES, Antonietta d' Aguiar. *Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia*. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Dell/Downloads/637-Texto%20do%20artigo-1938-2-1020110801%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/637-Texto%20do%20artigo-1938-2-1020110801%20(2).pdf). Acesso em: 17 maio 2020.
- NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no rio de janeiro - 1870-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1996.
- SILVA, Jose Carlos Araujo. *Como se deveria fazer e como era feito: os manuais de ensino mútuo e simultâneo e a prática cotidiana nas esco-*

las de primeiras letras na Bahia (1836-1852)7] CBHE, Cuiabá, 2013.  
Disponível em:

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/COMO%20SE%20DEVERIA%20FAZER%20E%20COMO%20ERA>. Acesso em: 17 maio 2020.

SILVA, Jose Carlos Araujo; SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Educação e Instrução na província da Bahia. In: GONDRA, J. G.; SCHNEIDER, O (orgs). *Educação e Instrução nas províncias e na Corte Imperial*. Coleção Horizontes da Pesquisa e História da Educação no Brasil. SBHE, UFES, Vitória, 2011. p. 203-227.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; CASTRO, Raquel Xavier de Souza. Cultura Material da Escola: Entram em cena as carteiras. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 207-224, jan. /abr. 2011. Editora da UFPR. <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155018743014.pdf>

Acesso: 03 maio 2020.

SOUSA, Ione. C. J de. *Escolas ao Povo!* Experiências de Escolarização de pobres na província da Bahia-1870-1890. Orientação de Maria Antonieta Martinez Antonacci. Tese de Doutorado em História no PEPGHS-PUC/São Paulo. 2006.

SOUSA, Ione C. J de. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia oitocentista. In: LUZ, José Augusto da; SILVA, José Carlos (org.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008.

## Fontes

DANTAS, João dos Reis de Souza. *Relatório a Assembleia Legislativa da província da Bahia*, 24 de março de 1883.

FRANCISCO, José da Rocha. *Relatório de Diretor de Instrução Pública*, 1872, p. S-26. Anexo ao Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Bahia, Dezembargador João Antônio Araújo de Freitas Henrique. 1872.

---

GAZETA MEDICA DA BAHIA, *Hygiene das escolas*. 1883.  
GOMES, Justiniano da Silva. *Ofício à Presidência da Província*, Ano: 1848.  
*Lei 1335*, de 30 de junho de 1873, que regulamentou a Reforma da Instrução de 1870.  
O MONITOR. *Hygiene das Escolas*. Anno I, nº 76, sábado, 02/09/1876, p. 01.  
PEREIRA, Antônio Pacífico. *Hygiene Escolar*: a Duração das sessões escolares. *Gazeta Medica da Bahia*, ano XII, número 07, janeiro de 1881.  
PEREIRA Antônio Pacífico. *Hygiene das Escolas*. *Gazeta Medica da Bahia*, Ano X, número 06, junho de 1878.  
RODRIGUES, Antonio Bento. *Presidente da Comissão Litteraria da Freguesia de Santo Antonio do Arguim*, 12/04/1881.

Recebido em 08 de setembro de 2022.  
Aprovado em 03 de outubro de 2022.